

Bresser não pagaria os juros

SÃO PAULO— “Eu jamais teria pago os juros, porque não creio que haja boa vontade dos credores em resolver os problemas que os países devedores estão enfrentando atualmente”, disse o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, ao comentar a decisão tomada por seu sucessor, o ministro Máílson da Nóbrega, de pagar US\$ 350 milhões aos bancos internacionais, o que representa 37% dos juros vencidos durante o período da moratória.

Bresser, que participou ontem de um debate sobre dívida externa e inflação, na apresentação da Carta de Conjuntura do Conselho Regional de Economia de São Paulo, com o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso e os economistas Paul Singer e Joaquim Elói Cirne Toledo (da Faculdade de Economia da USP) e Francisco de Assis Moura de

Melo (pesquisador do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), evitou fazer crítica mais dura à mudança de postura do governo brasileiro no tratamento da dívida. “Vamos aguardar como ficam as negociações”.

O ex-ministro entende, no entanto, que seria fundamental o país não pagar os juros, como o então assessor especial do Ministério da Fazenda para a dívida externa, Fernão Bracher, deixara claro no acordo provisório acertado em novembro de 1987. Por esse documento, segundo Bresser, o Brasil somente voltaria a pagar os juros vencidos depois que o acordo para refinanciamento dos juros relativos a 1987, 1988 e 1989 estivesse totalmente concluído.

— Seria importantíssimo fazer esse acordo por três anos — observou, acrescentando que o objetivo do governo era

conseguir o financiamento de 60% dos juros, *spread* menor, teto para a taxa de juros, desvinculação do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao desembolso dos bancos e a securitização, para reduzir o custo da dívida brasileira. Bresser disse que, devido à indiferença dos bancos credores em negociar com o Brasil, o governo tinha condições de tomar a iniciativa, este ano, de dispensar as gestões com o comitê assessor de bancos e fazer negociações individuais com os credores.

Economia — O ex-ministro calcula que, ao decretar a moratória, o país conseguiu economia de US\$ 3 bilhões dos US\$ 4 bilhões 300 milhões de juros. Desde fevereiro do ano passado, o Brasil desembolsou apenas US\$ 500 milhões, deixando de receber US\$ 800 milhões, referentes ao Banco Mundial e às linhas de crédito de curto prazo.